

## Recibo Eletrônico de Protocolo - 5086345

**Usuário Externo (signatário):** Rafaella Santos Vieira  
**Data e Horário:** 04/04/2025 08:13:32  
**Tipo de Peticionamento:** Processo Novo  
**Número do Processo:** 10264.202819/2025-29  
**Interessados:**

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAPERA.

### Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- **Documento Principal:**
  - Requerimento Aditivo - S/MR 5086342
- **Documentos Complementares:**
  - Complemento Procuração Tapera 5086344

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontra;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Trabalho e Emprego.

## **TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAPERA, CNPJ n. 90.161.993/0001-76, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). JOELTO FRASSON;

E

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV/RS, CNPJ n. 04.243.203/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JEFFERSON FÜRSTENAU;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de março.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comercio**, com abrangência territorial em **Tapera/RS**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL**

Os salários mínimos profissionais da categoria, a partir de **1º MARÇO de 2025** vigorarão com os seguintes valores:

A) Empregados que percebam salário fixo: **R\$ 1.950,00** (Um mil novecentos e cinquenta reais);

B) Empregados que exerçam a função de vendedores de veículos será garantido um piso mínimo de 1,3 salários da alínea "A" desta cláusula.

c) Demais trabalhadores que percebam comissões será garantido um piso mínimo de 1,2 salários da alínea "A" desta cláusula.

## **Reajustes/Correções Salariais**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os empregados representados pela entidade laboral terão os seus salários reajustados em **1º de março de 2025** pelo percentual de **5,20%** (cinco inteiros e vinte centésimos por cento) que incidirá sobre os salários vigentes em Março/2024. Os empregados admitidos após 01.03.2024 terão os seus salários reajustados nos percentuais evidenciados na tabela a seguir:

ADMISSÃO	REAJUSTE
MAR/2024	5,20%
ABR/2024	4,97%
MAI/2024	4,56%
JUN/2024	4,05%
JUL/2024	3,76%
AGO/2024	3,58%
SET/2024	3,58%
OUT/2024	3,06%
NOV/2024	2,41%
DEZ/2024	2,05%
JAN/2025	1,53%
FEV/2025	1,51%

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os reajustes concedidos pelo empregador a seus trabalhadores no período abrangido pela tabela desta cláusula poderão ser compensados (abatidos) do percentual previsto no *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força da aplicação da presente cláusula, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os salários resultantes desta composição servirão de base de cálculo para a negociação na DB MAR/2026.

#### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA QUINTA - QUINQUÊNIOS**

**A CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA CONVENÇÃO COLETIVA ORA ADITADA, PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:**

Fica assegurada a concessão de um adicional de 5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos de trabalho efetivo para o mesmo empregador, que incidirá sobre os salários pagos em conformidade com o presente Termo Aditivo da Convenção Coletiva.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Ninguém poderá perceber a esse título, valor superior a 1,5 (um e meio) do piso da categoria.

## Auxílio Educação

### CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO ESTUDANTE

A Cláusula Décima Quinta da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:

As empresas concederão um auxílio-estudante anual em duas parcelas, cada uma no valor de 1/2 piso salarial, sendo a primeira paga com a remuneração do mês de junho de 2025 e a segunda paga com a remuneração do mês de dezembro de 2025, aos empregados estudantes matriculados em estabelecimento de ensino regular da educação básica (ensino fundamental e médio) ou de educação superior (graduação).

**Parágrafo Primeiro:** O referido auxílio não terá natureza salarial.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento do auxílio deverá ser realizado via depósito bancário na conta em nome do trabalhador.

**Parágrafo Terceiro:** As parcelas referidas no *caput* serão devidas desde que o empregado comprove, respectivamente até os dias 15 de junho 2025 e 15 de dezembro de 2025, a matrícula e frequência no semestre que antecede o pagamento.

## Seguro de Vida

### CLÁUSULA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A Cláusula Décima Sétima da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:

As partes suspendem a aplicação da Cláusula Décima Oitava (Seguro de Vida em Grupo) da MR008922/2021, voltando a negociar o restabelecimento da referida cláusula na data base março/2026.

## Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

### CLÁUSULA OITAVA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

A Cláusula Vigésima Sexta da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:

É obrigatória a assistência do Sindicato profissional a todas as rescisões de contrato ou pedidos de demissão de empregados da categoria profissional com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou mais de trabalho, sob pena de nulidade plena do ato.

**Parágrafo primeiro** – A empresa deverá solicitar a homologação por e-mail ([SECTAPERA@HOTMAIL.COM](mailto:SECTAPERA@HOTMAIL.COM)) no prazo de até 5 (cinco) dias do pagamento das verbas rescisórias e o Sindicato Profissional deverá agendar a homologação no prazo de até 5 (cinco) dias do pedido formulado pela empresa. Em não sendo atendido este prazo pelo Sindicato Profissional, a empresa estará desobrigada de realizar a homologação.

**Parágrafo segundo** – A empresa, ao efetuar o pedido de agendamento ao Sindicato Profissional, poderá optar pela homologação nas modalidades presencial ou telepresencial. Se a empresa optar pela homologação telepresencial, deverá remeter ao Sindicato Profissional, juntamente com a solicitação do agendamento, os documentos relacionados a seguir. Os documentos deverão ser digitalizados em um único arquivo em formato PDF com o nome completo do empregado e na seguinte ordem:

- 1) Atestado Saúde Ocupacional - ASO
- 2) Aviso Prévio ou pedido de demissão
- 3) Termo de Rescisão Contrato de Trabalho - TRCT
- 4) Comprovante de pagamento do TRCT
- 5) Três últimos holerites
- 6) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF (somente em caso de dispensa)
- 7) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório (GRRF) (somente em caso de dispensa)
- 8) Comprovante de pagamento GRRF (somente em caso de dispensa)
- 9) Extrato de conta vinculada para fins rescisórios ou analítico, caso o extrato tenha ocorrências, apresentar guia(s) GFIP paga(s) e relação de empregados, das competências em aberto
- 10) Seguro-desemprego (somente em caso de dispensa)
- 11) Ficha de registro do empregado atualizada (frente e verso)
- 12) Se houver afastamento por motivo de doença ou acidente de trabalho, apresentar o ofício do INSS referente a todo o período de afastamento
- 13) Em caso de óbito do empregado, apresentar o atestado de óbito e Carta de concessão da pensão por morte ou certidão de dependentes habilitados perante o INSS
- 14) Ofício de Pensão Alimentícia, quando houver
- 15) Carta de Preposição

**Parágrafo terceiro** – O empregado deverá comparecer presencialmente para homologar a rescisão mesmo no caso de homologação telepresencial, ficando facultado ao mesmo a participação de forma telepresencial desde que o solicite expressamente.

**Parágrafo quarto** -Estando toda a documentação completa e os cálculos corretos, a Empresa receberá um e-mail com a data e horário disponível para o agendamento da homologação, bem como o link para a videoconferência através da plataforma Zoom. É responsabilidade exclusiva

da empresa a comunicação ao empregado da data e horário da videoconferência e o envio do respectivo link.

**Parágrafo quinta** – A homologação telepresencial somente será permitida às empresas que cumprirem o convencionado na cláusula 57ª da Convenção Coletiva ora aditada.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA NONA - FERIADOS**

**A Cláusula Trigésima Segunda da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:**

É proibido o trabalho de empregados em todos os feriados nacionais, estaduais e municipais nos estabelecimentos comerciais das empresas representadas pelo sindicato patronal conveniente, salvo disposição em sentido contrário prevista em Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato patronal.

**Parágrafo Primeiro** - Fica estabelecido que na terça-feira de carnaval e em dia de eleições municipal, estadual e federal as empresas também não poderão utilizar a mão de obra de seus empregados, salvo celebração de Acordo Coletivo de Trabalho previsto no caput desta cláusula.

**Parágrafo Segundo** - A utilização de mão de obra de empregado em feirões de fábrica, em exposições em Shoppings e similares e em eventos e mostras do ramo agropastoril, industrial ou cívico-culturais e/ou turísticas constantes nos calendários oficiais durante a vigência desta Convenção Coletiva, promovidos exclusivamente pelo Estado ou Municípios, com participação individual da concessionária ou em estande patrocinado pela montadora a qual se vincula, também serão reguladas por Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato patronal.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa que violar o dispositivo previsto nesta cláusula pagará multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor do empregado, por incidência e por comerciário atingido, outrossim, caso haja reincidência, a multa devida será dobrada, ou seja, passará para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por empregado, para efeito pedagógico e punitivo.

#### **Relações Sindicais**

##### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - ACESSO DO SINDICATO ÀS EMPRESAS**

**A Cláusula Quinquagésima Sexta da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:**

As empresas permitirão o ingresso do Sindicato profissional em suas dependências, desde que previamente ajustado e que não traga prejuízos à sua atividade, para o fim específico de realizar reuniões e distribuir boletins, jornais e comunicados de interesse da categoria profissional suscitante, bem como providenciarão a divulgação desses comunicados em mural com acesso de seus trabalhadores.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL**

**A Cláusula Quinquagésima Oitava da Convenção Coletiva ora aditada passa a ter a seguinte redação:**

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Tapera ajusta o pagamento por empregados por ele representados e alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, de contribuição negocial instituída na forma do art. 513, "e", da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As Empresas descontarão de todos os seus Empregados Sindicalizados ou não, beneficiados ou não com as cláusulas da presente CCT, o valor correspondente a 1 dia do salário atualizado efetivamente percebido pelos empregados no mês de **ABRIL/2025**, recolhido aos cofres do mesmo, até o dia 10 (dez) de MAIO de 2025, repassando esses valores mediante transferência bancária à conta corrente 700.208-7 operação 003 da agência 0912 do Banco 104 da Caixa Econômica Federal de Espumoso de titularidade do Sindicato Profissional, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Sindicato dos Empregados no Comercio de Tapera, consigna que conforme deliberado na assembleia da categoria profissional é assegurado o direito de oposição pelo empregados, manifestado individualmente, por documento escrito, com **identificação legível do nome do empregado, CPF do empregado e CNPJ do empregador**, sendo entregue pelo interessado e assinado na sede da entidade conveniente, no **sito Rua Coronel Gervásio, nº 110, Bairro Vila Elisa, Tapera/RS, das 13 horas e 30 minutos às 17 horas de segunda a sexta-feira**, em até **10 (dez)** dias da publicação pela entidade laboral do extrato da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em jornal de Circulação local.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As contribuições em favor do sindicato dos empregados, previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empregado que pretenda a devolução das mesmas, será de responsabilidade exclusiva do sindicato dos empregados, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos, exceção feita a eventuais indenizações em caso de dolo ou de culpa do empregador na efetuação dos descontos judicialmente contestados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

**A Cláusula Quinquagésima Nona da Convenção Coletiva ora aditada passa a vigorar com a seguinte redação:**

As empresas representadas pelo SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV-RS deverão recolher aos cofres da entidade, mediante guias próprias, o valor da contribuição de 2024 acrescido de 5%. Contribuições superiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) podem ser parceladas em até 8 parcelas, desde que o boleto mínimo da parcela seja de R\$1.000,00 (um mil reais), com o primeiro vencimento para o dia 25 de abril.

#### **Disposições Gerais**

#### **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRABALHO AOS DOMINGOS**

A abertura com a mão de obra de empregados aos domingos obedecerá às seguintes regras:

**a)** É proibido o trabalho aos domingos nos estabelecimentos comerciais das empresas representadas pelo sindicato patronal conveniente, sendo autorizado, como exceção à regra geral, o trabalho exclusivamente nos domingos que coincidirem com a realização da Expointer e nos domingos dos dias 07 e 14 de dezembro de 2025;

**b)** É permitido o trabalho aos domingos em eventos fora dos estabelecimentos comerciais das empresas representadas pelo sindicato patronal conveniente, como feiras, exposições em Shoppings, eventos e mostras do ramo agropastoril, industrial ou cívico-culturais e/ou turísticas, até o limite de dois domingos por mês e desde que o repouso semanal remunerado coincida com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de três semanas.

**Parágrafo Primeiro** – As regras estabelecidas nesta cláusula poderão, conforme o caso, ser relativizadas mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato patronal.

**Parágrafo Segundo** - As empresas deverão respeitar a Legislação Municipal no que se refere ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como o artigo 386 da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa que violar o dispositivo previsto nesta cláusula pagará multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor do empregado, por incidência e por comerciante atingido, outrossim, caso haja reincidência, a multa devida será dobrada, ou seja, passará para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por empregado, para efeito pedagógico e punitivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS**

Eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação do presente Termo Aditivo deverão ser satisfeitas até a folha de **Abril/2025**.

**JOELTO  
FRASSON**

Assinado de forma digital  
por JOELTO FRASSON  
Dados: 2025.04.03  
15:45:50 -03'00'

**JOELTO FRASSON**

Procurador

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAPERA**

**SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E  
DISTRIBUIDORES DE:04243203000160**

Assinado de forma digital por SINDICATO DOS  
CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE:04243203000160  
Dados: 2025.04.03 16:08:19 -03'00'

**JEFFERSON FÜRSTENAU**

Presidente

**SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV/RS**

**ANEXOS  
ANEXO I - AGE**

[Anexo \(PDF\)](#)

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TAPERA**, entidade sindical de 1º grau, registrada no CNPJ sob o nº 90.161.993/0001-76, com sede na Rua Coronel Gervásio, nº 110, Vila Elisa, Tapera/RS - CEP 99.490-000, neste ato representado por sua presidenta, Sra. Iolanda da Silva Geschunder, brasileira, casada, CPF nº 538.418.160-53, domiciliada em Tapera/RS.

**OUTORGADOS: JOELTO FRASSON**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 54.497, que recebe intimações no e-mail [frasson@fecosul.com.br](mailto:frasson@fecosul.com.br), com endereço profissional na Rua dos Andradas, nº 943, 7º andar, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90.020-005, Fone/Fax: (51) 3211.0641, na **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, registrada no CNPJ sob o nº 92.832.690/0001-63.

**OBJETO:** Representar os interesses do outorgante em negociação coletiva com o SINCODIV-RS, podendo firmar Convenção Coletiva de Trabalho e/ou Acordo Judicial, para os anos de 2024 e 2025.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de mandato, ao **OUTORGANTE**, nomeia o **OUTORGADO** como seu procurador para fim de representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal ou fora deles, conferindo-lhe os poderes conditos na cláusula **"AD JUDICIA ET EXTRA"**, para o foro geral, e mais os específicos de poder transigir, receber, desistir, dar quitação em juízo ou fora dele, passar recibo, levantar alvará judicial, bem como substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas, enfim tudo praticar ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

Tapera/RS, 03 de julho de 2024.

TABELIONATO DE NOTAS  
TAPERA - RS



**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TAPERA  
IOLANDA DA SILVA GESCHUNDER  
PRESIDENTA**

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE TAPERA-RS  
Avenida XV de Novembro, 1604 - Centro - Tapera - RS  
Fone: (54) 3193-0200 - [tabelionatotapera@gmail.com](mailto:tabelionatotapera@gmail.com) / [rcpntapera@gmail.com](mailto:rcpntapera@gmail.com)

Reconheço por AUTENTICIDADE a assinatura de IOLANDA DA SILVA GESCHUNDER, indicada com a seta de uso deste Tabelionato. DOU FÉ



*Emília Mai*

EMÍLIA MAI ZAMBONI - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Tapera - 03/07/2024 - às 15:14  
Emp.º: 6.60 - Sel.º: 0653.01.2300002.08007 - Vlr.: 2,00

TABELIONATO DE NOTAS  
E REGISTRO CIVIL  
**Emília Mai Zamboni**  
Escrivente Autorizada